



## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

O procedimento licitatório obedecerá à Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ao Decreto Municipal nº 09, de 03 de fevereiro de 2020, ao Decreto Federal nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001, ao Decreto Municipal nº 012, de 03 de janeiro de 2011, ao Decreto Municipal nº 058 de 30 de dezembro de 2015, à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, ao Decreto Municipal nº 021, de 01 de junho de 2018, Instrução Normativa nº 03, de 26 de abril de 2018, e subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como, à legislação correlata, e demais exigências previstas no Edital e seus anexos.

### 1. DO OBJETO E SUAS INFORMAÇÕES:

1.1. **SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTUROS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPAROS METALÚRGICOS, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, BEM COMO CONFEÇÃO DE NOVOS PRODUTOS PADRONIZADOS, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE HORIZONTE/CE.**

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por **LOTE/GRUPO**, com modo de disputa aberto, observadas as exigências contidas neste termo de referência.

1.3. O local de disputa será no Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET – via site: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

1.4. **ÓRGÃO GERENCIADOR:** SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO, AGROPECUÁRIA E RECURSOS HÍDRICOS.

1.5. **ÓRGÃOS PARTICIPANTES:** SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ATRAVÉS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO e SECRETARIA DE SAÚDE.

1.6. **TRATAMENTO DIFERENCIADO:** Esta licitação contém LOTE/GRUPO de cota reservada e exclusivos às microempresas - ME e empresas de pequeno porte - EPP, em atendimento aos incisos I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações.

### 2. DAS JUSTIFICATIVAS POR SECRETARIA:

- **SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO, AGROPECUÁRIA E RECURSOS HÍDRICOS:** A Garantir o bom funcionamento dos prédios públicos, conservando assim, o patrimônio do município, através das manutenções preventivas e corretivas, dando total segurança nos serviços prestados por esta secretaria;

- **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ATRAVÉS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB:** Manter as instituições em perfeito estado de conservação em relação a sua estrutura física para que venham ofertar bons equipamentos públicos para toda comunidade escolar;

- **SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER:** Atender as demandas existentes dos prédios públicos, para as atividades desenvolvidas por esta secretaria, no suporte das manutenções dos equipamentos esportivos e de gestão;

- **SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO:** Atender as demandas existentes dos prédios públicos, para as atividades desenvolvidas por esta secretaria, no suporte das manutenções dos equipamentos culturais e de gestão.;

- **SECRETARIA DE SAÚDE:** Garantir o bom funcionamento dos prédios públicos, com a perfeita manutenção e reparos, proporcionando segurança aos usuários.





### 3. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E DOS VALORES ESTIMADOS:

3.1. Os preços de referência foram estimados com base nas pesquisas de preços realizadas pela Central de Compras do Município de Horizonte/CE, junto à fornecedores da região, as quais estão acostadas nos autos do processo licitatório e originaram os preços a seguir informados, totalizando o valor global estimado de **R\$ 3.456.768,98 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, setecentos e sessenta e oito reais e noventa e oito centavos).**

GRUPO 01 - SERVIÇO: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	V.UNIT	V. TOTAL
1	Fornecimento e instalação de Janela em alumínio anodizado natural/fosco, de correr, <b>sem</b> bandeira com vidro fumê 4 mm (devidamente instalado)	M <sup>2</sup>	68	R\$ 608,33	R\$ 41.366,44
2	Fornecimento e instalação de Janela em alumínio anodizado natural/fosco, de correr, <b>com</b> bandeira com vidro fumê 4 mm (devidamente instalado)	M <sup>2</sup>	35	R\$ 624,00	R\$ 21.840,00
3	Fornecimento e instalação de Janela em alumínio anodizado natural/fosco, máxima, com vidro fumê 4 mm	M <sup>2</sup>	92	R\$ 701,67	R\$ 64.553,64
4	Fornecimento e instalação de porta de alumínio anodizado natural/fosco, de abrir, <b>com</b> bandeira, com vidro fumê 4 mm	M <sup>2</sup>	390	R\$ 705,67	R\$ 275.211,30
5	Fornecimento e instalação de Porta de alumínio anodizado natural/fosco, de abrir, <b>sem</b> bandeira, com vidro fumê 4mm	M <sup>2</sup>	190	R\$ 711,00	R\$ 135.090,00
6	Fornecimento e instalação de Portão de alumínio anodizado natural, fechamento total c/ lambri bola e corrediço	M <sup>2</sup>	23	R\$ 344,67	R\$ 7.927,41
VALOR TOTAL DO LOTE/GRUPO					R\$ 545.988,79

GRUPO 02 -SERVIÇO: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	V.UNIT	V. TOTAL
7	Fornecimento e instalação de Vidro comum incolor espessura = 3 mm	M <sup>2</sup>	63	R\$ 154,63	R\$ 9.741,69
8	Fornecimento e instalação de Vidro comum incolor espessura = 4 mm	M <sup>2</sup>	66	R\$ 165,33	R\$ 11.242,44
9	Fornecimento e instalação de Vidro comum incolor espessura = 5 mm	M <sup>2</sup>	68	R\$ 229,00	R\$ 15.572,00
10	Fornecimento e instalação de Vidro comum incolor espessura = 6 mm	M <sup>2</sup>	68	R\$ 233,67	R\$ 15.889,56
11	Fornecimento e instalação de Vidro comum fumê espessura = 3 mm	M <sup>2</sup>	63	R\$ 201,00	R\$ 12.663,00
12	Fornecimento e instalação de Vidro comum fumê espessura = 4 mm	M <sup>2</sup>	68	R\$ 201,00	R\$ 13.668,00
13	Fornecimento e instalação de Vidro comum fumê espessura = 5 mm	M <sup>2</sup>	68	R\$ 276,00	R\$ 18.768,00
14	Fornecimento e instalação de Vidro comum fumê espessura = 6 mm	M <sup>2</sup>	68	R\$ 285,00	R\$ 19.380,00
VALOR TOTAL DO LOTE/GRUPO					R\$ 116.924,69

GRUPO 03 -SERVIÇO: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	V.UNIT	V. TOTAL
15	Fornecimento e instalação de Porta em chapa painel de pvc espessura: 2,5 mm sem visor	M <sup>2</sup>	195	R\$ 634,33	R\$ 123.694,35
16	Fornecimento e instalação de Divisória painel chapa PVC, montante/rodapé simples, perfil em aço	M <sup>2</sup>	185	R\$ 620,00	R\$ 114.700,00
17	Fornecimento e instalação de Divisória painel chapa PVC, montante/rodapé simples, perfil em alumínio	M <sup>2</sup>	180	R\$ 720,00	R\$ 129.600,00
18	Fornecimento e instalação de Vão de porta - porta completa c/ fechadura tipo cilindro, p/ divisórias em geral (com requadro em alumínio)	UNID	40	R\$ 720,00	R\$ 28.800,00
19	Fornecimento e instalação de Vidro transparente liso 4 mm, p/ divisórias em geral	M <sup>2</sup>	40	R\$ 350,00	R\$ 14.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE/GRUPO 03					R\$ 410.794,35





GRUPO 04 -SERVIÇO: FORNECIMENTO E MONTAGEM					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	V.UNIT	V. TOTAL
20	Fornecimento e montagem de cobertura em Estrutura metálica em perfil "u" 3" esp.: 2,25 mm, cantoneira 3/4 x 1/8 com proteção de zarcão e pintura esmalte a base de solvente cor a definir	M²	225	R\$ 288,17	R\$ 64.838,25
21	Fornecimento e montagem de Telha de alumínio ondulada espessura 7 mm	M²	175	R\$ 140,33	R\$ 24.557,75
22	Fornecimento e montagem de Telha de alumínio ondulada espessura 5 mm	M²	225	R\$ 111,33	R\$ 25.049,25
23	Fornecimento e montagem de Telha de alumínio trapezoidal espessura 5 mm	M²	205	R\$ 108,67	R\$ 22.277,35
24	Fornecimento e montagem de Telha de alumínio trapezoidal espessura 7 mm	M²	580	R\$ 126,00	R\$ 73.080,00
25	Fornecimento e montagem de Telha de zinco alumínio trapezoidal espessura 4,7mm	M²	280	R\$ 95,00	R\$ 26.600,00
VALOR TOTAL DO LOTE/GRUPO 04					R\$ 236.402,60

GRUPO 05 -SERVIÇO: CONFECCÃO E MONTAGEM					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	V.UNIT	V. TOTAL
26	Confeccão e montagem de bica em Zica lume com 60 cm de largura.	M²	270	R\$ 112,13	R\$ 30.275,10
27	Confeccão e montagem de bica em alumínio com 60 cm de largura	M²	270	R\$ 135,00	R\$ 36.450,00
28	Confeccão e montagem de cobertura constituída em tubo galvanizado 1 1/4, 3/4 e policarbonato e pintura esmalte epóxi.	M²	470	R\$ 374,33	R\$ 175.935,10
29	Confeccão e montagem de cobertura constituída em perfil u 5" fechado metalon 30 x 30 com policarbonato com instalação e pintura epóxi branca.	M²	570	R\$ 501,67	R\$ 285.951,90
30	Confeccão e montagem de cobertura em encerado plástico constituído em tubo 2" galvanizado com pintura de esmalte epóxi.	M²	470	R\$ 368,33	R\$ 173.115,10
31	Confeccão e montagem de cobertura em estrutura de metalon 50 50 com telha de alumínio 5,00 mm.	M²	270	R\$ 200,00	R\$ 54.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE/GRUPO 05					R\$ 755.727,20

GRUPO 06 - SERVIÇO: CONSERTO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	V.UNIT	V. TOTAL
32	Conserto alambrado com serviço de solda e troca de tela treliçada e tubo galvanizado 1 1/2 com pintura de zarcão e esmalte.	M²	1150	R\$ 132,53	R\$ 152.409,50
33	Conserto de alambrado, com troca de tela treliçada e tubo galvanizado de 1 1/4 e pintura de zarcão e esmalte.	M²	1300	R\$ 173,33	R\$ 225.329,00
34	Conserto de Bicletário com serviço de solda e ou troca de parte da estrutura, com pintura de zarcão e esmalte.	Unid	60	R\$ 651,67	R\$ 39.100,20
35	Conserto em escada de ferro constituído com barra quadrada 1/2 1x3/16 com pintura de zarcão e esmalte.	Unid	110	R\$ 454,67	R\$ 50.013,70
36	Conserto em porta tipo chapeada, (incluindo solda e substituição de chapa).	M²	300	R\$ 132,33	R\$ 39.699,00
37	Conserto em porta tipo metalon, (incluindo solda e substituição de barra metalon).	M²	300	R\$ 125,00	R\$ 37.500,00
38	Conserto em porta tipo tijolinho, (incluindo solda e substituição de barra chata).	M²	250	R\$ 125,00	R\$ 31.250,00
39	Conserto em portão tipo chapeado.	M²	330	R\$ 110,33	R\$ 36.408,90
40	Conserto em portão tipo metalon.	M²	280	R\$ 110,33	R\$ 30.892,40
41	Conserto em portão tipo tijolinho	M²	215	R\$ 110,33	R\$ 23.720,95
42	Conserto estrutura metálica de cobertura para quadra, com solda, colocação de parafusos, pintura e reposição de telha de alumínio 1,00 x 6,00.	M²	680	R\$ 160,00	R\$ 108.800,00





# PREFEITURA DE HORIZONTE DE MÃOS DADAS COM VOCÊ



43	Conserto traves de futsal, com troca de parte da estrutura, anilhas com pintura de zarcão e esmalte (tamanho oficial).	Unid	55	R\$ 518,33	R\$ 28.508,15
44	Conserto traves de voleibol, com troca de roldanas e pintura de zarcão e esmalte (tamanho oficial).	Unid	55	R\$ 261,67	R\$ 14.391,85
45	Desmontagem de divisória de PVC	M²	250	R\$ 40,33	R\$ 10.082,50
46	Desmontagem de forro de PVC em lambrí	M²	250	R\$ 30,67	R\$ 7.667,50
47	Montagem de divisória de PVC	M²	160	R\$ 62,33	R\$ 9.972,80
48	Montagem de forro de PVC em lambrí com reposição de até 20 % de lambrí (incluindo arame galvanizado encapado para montagem)	M²	190	R\$ 83,33	R\$ 15.832,70
49	Montagem de forro de PVC em lambrí sem reposição de peça (incluindo arame galvanizado encapado para montagem)	M²	190	R\$ 80,00	R\$ 15.200,00
<b>VALOR TOTAL DO LOTE/GRUPO 06</b>					<b>R\$ 876.779,15</b>

LOTE/GRUPO 07 - CONFEÇÃO DE NOVOS PRODUTOS PADRONIZADOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	V.UNIT	V. TOTAL
50	Bicicletário com 20 vagas, constituído em tubo patente 3'' ferro 1/2'' liso.	UND	45	R\$ 2.473,33	R\$ 111.299,85
51	Corrimão em tubo galvanizado diâmetro 1 1/4 "	M	225	R\$ 175,00	R\$ 39.375,00
52	Corrimão em tubo galvanizado diâmetro 2 1/2 "	M	225	R\$ 210,00	R\$ 47.250,00
53	Grade em estrutura de metalon 20x20 cm com pintura de zarcão	M²	100	R\$ 328,33	R\$ 32.833,00
54	Grade em estrutura de metalon 25x25 cm com pintura de zarcão	M²	90	R\$ 348,33	R\$ 31.349,70
55	Grade em estrutura de metalon 30x20 cm com pintura de zarcão	M²	23	R\$ 350,00	R\$ 8.050,00
56	Grade em estrutura de metalon 30x30 cm com pintura de zarcão	M²	25	R\$ 368,33	R\$ 9.208,25
57	Porta com estrutura em tubo galvanizado de 2" e chapa galvanizada nº 16 com pintura de cromato de zinco.	M²	45	R\$ 495,00	R\$ 22.275,00
58	Porta de chapa com estrutura de barra chata 1/2 quadrada chapa 18 batedor de cantoneira 3/4 com pintura zarcão	M²	30	R\$ 325,00	R\$ 9.750,00
59	Portão em barra de metalon entre (20x20, 25x25, 30x30, 30x20 com pintura de zarcão	M²	85	R\$ 303,67	R\$ 25.811,95
60	Portão tipo chapeado com estrutura em metalon ou tubo patente com pintura de zarcão	M²	35	R\$ 310,50	R\$ 10.867,50
61	Portão tipo tijolinho constituído com barra quadrada 1/2 e barra 1/2 x 3/16 com pintura de zarcão	M²	30	R\$ 260,00	R\$ 7.800,00
62	Suporte para refletores constituído com metalon 30 x 20 com pintura de zarcão.	M	195	R\$ 140,33	R\$ 27.364,35
<b>VALOR TOTAL DO LOTE/GRUPO 07</b>					<b>R\$ 383.234,60</b>

GRUPO 08-SERVIÇO: FORNECIMENTO E MONTAGEM - EXCLUSIVO PARA ME E/OU EPP					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	V.UNIT	V. TOTAL
63	Fornecimento e montagem de Forro de PVC em lambrí cor branco (montado com arame galvanizado encapado)	M²	580	R\$ 83,22	R\$ 48.267,60
<b>VALOR TOTAL DO LOTE/GRUPO 08</b>					<b>R\$ 48.267,60</b>

GRUPO 09 -SERVIÇO: CONFEÇÃO E MONTAGEM					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	V.UNIT	V. TOTAL
64	Confeção e montagem de Alambrado constituído com tubo galvanizado 1 1/4 com tela galvanizada 2 1/2 x 2 1/2 fixada com encapado arame nº 12 com aplicação de prime e pintura em esmalte alto brilho à base de solvent.	M²	290	R\$ 285,00	R\$ 82.650,00
<b>VALOR TOTAL DO LOTE/GRUPO 09</b>					<b>R\$ 82.650,00</b>





### **3.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR LOTE/GRUPO.**

3.3. JUSTIFICATIVA DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E FORMAÇÃO DOS LOTES/GRUPOS: Justifica-se o critério de julgamento da licitação ser o MENOR PREÇO POR LOTE/GRUPO por ser aquele que melhor reflete os anseios da licitação, por ser econômica e logisticamente o mais viável, tendo em vista que os equipamentos agrupados em LOTES/GRUPOS são similares, minimizando a cotação dos LOTES/GRUPOS de valores insignificativos, e o seu agrupamento perfaz um valor maior a ser cotado, sendo um atrativo aos licitantes, proporcionando uma maior economia de escala, melhora na padronização, logística e gerenciamento dos serviços, já que as unidades gestoras solicitarão o objeto a um número menor de fornecedores, bem como maior agilidade no julgamento do processo.

3.3.1. EM ATENDIMENTO AO QUE DISPÕE O ACÓRDÃO DO TCU DE Nº 1592/2013 - PLENÁRIO: Considerando o princípio da proporcionalidade e razoabilidade, este(s) órgão(s) entende(m) que, desta forma, os itens a serem licitados integrarão o LOTE/GRUPO na observância, inclusive, das regras de mercado para a comercialização dos equipamentos e execução dos serviços, de modo a manter a competitividade necessária à disputa. Todas as peculiaridades envolvidas foram avaliadas de forma a gerar maior concorrência e possibilidade de participação aos possíveis interessados. Nessa esteira, entendem(s) que objetos em tela se cotejam por sua similitude de gênero justifica-se a realização de licitações por meio de LOTE/GRUPO, de forma a gerar maior economia de escala e por consequência, gerando o melhor aproveitamento dos recursos públicos, na forma do que determina o art. 23, §1º, da Lei n.º 8.666/931. Em contraponto, seria desproporcional, a administração gerenciar os itens pretendidos, quando da demandar ser única em relação a especificidade da finalidade buscada. Por fim, ressalt(o)(amos) que a competitividade resta amplamente preservada, pois o agrupamento dos itens leva em consideração as características comuns aos objetos dos itens pertencentes que se unificam em um único conjunto.

3.4. A proposta final consolidada por item não poderá conter valores unitários e totais superiores ao estimado pela Administração, sob pena de desclassificação, independentemente do valor total do lote/grupo, devendo o licitante readequar o valor dos itens aos valores constantes neste Termo de Referência que compõe o processo licitatório, o qual será parte integrante do Edital.

3.4.1. A proposta final consolidada deverá obedecer também ao desconto dado pelo licitante, de forma linear para todos os itens que compõe o lote/grupo, sob pena de desclassificação, independentemente do valor total do lote/grupo, devendo o licitante readequar o valor de todos os itens que compõe o lote/grupo.

### **4. DO PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO/ENTREGA:**

4.1. DAS ORDENS DE SERVIÇOS: A execução dos serviços serão executados/entregues mediante sua respectiva ORDEM por parte da unidade gestora ao licitante contratado, que indicará os quantitativos a serem realizados, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da Contratante.

4.1.1. A ordem de serviços emitida conterà os serviços pretendidos e a respectiva quantidade, devendo ser executados/entregues no seu endereço físico, via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro de fornecedores ou do próprio contrato.

4.1.2. Observadas as determinações e orientações constantes da ordem de serviços, o fornecedor deverá entregar os equipamentos no local indicado, sendo este no almoxarifado central do município, e no almoxarifado das secretarias, dentro do prazo e horários previstos, oportunidade em que receberá o atesto declarando a sua entrega.





4.1.3. O aceite dos equipamentos e da execução dos serviços será pelo órgão solicitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no anexo do edital quanto aos serviços realizados.

#### 4.2. DO PRAZO DE ENTREGA E LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.2.1. A execução dos serviços serão nos locais determinados pela Secretarias, definidos na ordem de serviço emitida pela Secretaria, iniciando no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a data de emissão da referida ordem.

4.2.1.1. As informações necessárias para emissão da fatura e nota fiscal deverão ser requeridas junto a contratante.

4.2.2. No caso de constatação da inadequação dos serviços executados e equipamentos fornecidos às normas e exigências especificadas neste edital e na proposta de preços vencedora a Administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

4.2.3. As prorrogações de prazo serão concedidas somente mediante justificativa, permissiva legal e conveniência atestada pelo Município de Horizonte/CE.

4.3. Os equipamentos deverão ser entregues, observando rigorosamente as condições contidas no termo de referência, no edital, na ata de registro de preços e no contrato e as disposições constantes de sua proposta de preços, bem ainda as normas vigentes, assumindo o fornecedor a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

a) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do fornecimento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

c) Indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do fornecimento. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do fornecedor deverão ser comunicadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

d) A entrega dos equipamentos deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos órgãos solicitantes.

#### 5. DO ENVIO DAS PROPOSTAS:

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5.3. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.3.1. Valor unitário do item, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;

5.3.2. Quantidade de unidades, observada a quantidade total fixada no Termo de Referência para cada item;





5.3.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as seguintes informações:

5.3.3.1. Prazo de entrega, observado o limite máximo do Termo de Referência;

5.3.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

5.3.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, inclusive os relativos ao frete e transporte, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços e fornecimento dos equipamentos.

5.3.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.3.7. Ao elaborar a proposta de preços, o licitante deverá observar as especificações e detalhamentos dos itens constantes do termo de referência. Havendo divergência entre o detalhamento do Termo de Referência e das especificações constante do sistema Comprasnet, prevalecerá às especificações presentes no Termo de Referência.

## 6. DA HABILITAÇÃO:

6.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

e. SICAF;

f. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

g. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

h. Cadastro de Licitantes Inidôneo – mantido pelo Tribunal de Contas da União – TCU – <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:11575132492740::NO:3,4,6::>

6.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.1.2. Constatada a existência de sanção impeditiva da participação no certame, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

6.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

6.2. Não ocorrendo inabilitação quanto às condições de participação, o Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e qualificação técnica.

6.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

6.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do





sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, nos termos do item 6.3, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.2.3. No mesmo prazo e da mesma forma, enquanto não constarem do SICAF informações acerca da regularidade trabalhista, deverá o licitante encaminhar prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, ou que não atendam todas as exigências de Habilitação deste edital, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e qualificação técnica;

#### **6.4. Habilitação Jurídica:**

- a) no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- b) em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- d) inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) no caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- f) decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

#### **6.5. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional e com a Seguridade Social (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, emitida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil);
- d) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- f) prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- g) prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- h) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista,





mesmo que esta apresente alguma restrição;

i) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Pregoeira, para a regularização da documentação e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

j) A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou a revogação da licitação ou do LOTE/GRUPO, conforme o caso;

#### **6.6. Qualificação Econômico-Financeira:**

a) Certidão negativa de falência ou concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há menos de 30 (trinta) dias contados da data da sua apresentação;

a1) É permitida a participação de empresa em condição de recuperação judicial desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/1993, nos termos do acórdão nº 1201/2020 do TCU.

b) Prova de capital social ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

b1) Entende-se por "valor estimado da contratação" como o valor final vencido pelo licitante.

b2) Havendo mais de um LOTE/GRUPO vencido pela mesma licitante, a comprovação a que se diz respeito na alínea "b" será realizada levando-se em consideração a totalidade dos itens vencidos. Constatado a ausência de capital social ou patrimônio líquido insuficiente quanto ao somatório, a licitante poderá optar pelos itens os quais deseja continuar como classificada. Não o fazendo, a Pregoeira procederá com esta classificação levando-se em consideração a maior pluralidade de itens/lotes e a sequência procedida;

#### **6.7. Qualificação Técnica:**

a) Atestado de desempenho anterior fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do assinante, comprovando aptidão da licitante para desempenho de atividades compatíveis com o objeto da licitação. Em se tratando de Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito privado, este deverá vir com firma reconhecida do assinante;

6.7.1 - Prova de inscrição ou registro da LICITANTE junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da localidade da sede da PROPONENTE, que conste responsável técnico, profissional de Engenharia Mecânica para desempenhar atividade pertinente ao objeto da licitação;

6.7.2 - Apresentar comprovação da licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista no preâmbulo deste Edital, profissional de nível superior na área de Engenharia Mecânica devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de no mínimo 01 (um) atestado ou certidão de capacidade técnica, com o respectivo acervo expedido pelo CREA, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter o profissional executado obras ou serviços de engenharia de características técnicas similares às do objeto ora licitado, não se admitindo atestado(s) de projetos, fiscalização, supervisão,





gerenciamento, controle tecnológico ou assistências técnicas

6.7.3 - A comprovação de vinculação do profissional ao quadro permanente da licitante será feita:

- a) Para sócio, mediante a apresentação do ato constitutivo, estatuto, contrato social consolidado ou contrato social e todos os aditivos.
- b) Para diretor, mediante a apresentação da ata de eleição e posse da atual diretoria, devidamente registrada junto ao órgão competente.
- c) Se o responsável técnico não for sócio e/ou diretor da empresa, a comprovação se dará mediante a apresentação da cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) - devidamente assinada ou mediante contrato de prestação de serviços na forma da lei.

6.7.4 - Com base no artigo 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, a Prefeitura de Horizonte se reserva o direito de consultar o CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais), para comprovar o vínculo empregatício dos responsáveis técnicos detentores dos atestados com o licitante.

6.7.5 - Os profissionais indicados pela licitante deverão participar permanentemente do serviço objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração, os quais deverão constar obrigatoriamente na Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, da licitante.

**6.8. Declarações:** O licitante deverá atender as exigências editalícias quanto as declarações solicitadas nas condições de participação deste edital, mediante o acionamento em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação.

6.9. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, quando não integrantes do sistema do SICAF, deverão ser apresentados pelos licitantes exclusivamente em campo próprio do sistema eletrônico, até a data da abertura do certame.

6.10. Se a menor proposta ofertada for de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.

6.10.1. A prorrogação do prazo poderá ser concedida, a critério da Administração quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

6.10.2. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

6.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

6.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

6.13. Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

6.14. Nos itens exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, em caso de inabilitação, a Pregoeira retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da





proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.15. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.16. A Pregoeira poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

6.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

### **7. DO PREÇO, DO PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO:**

7.1. **PREÇOS:** Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, direitos autorais, deslocamento de pessoal e material, custos e demais despesas que possam incidir direta ou indiretamente sobre a execução do(s) objeto(s) licitado(s), inclusive a margem de lucro.

7.2. **PAGAMENTO:** O pagamento será feito na proporção da execução dos serviços e equipamentos fornecidos licitados, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor da despesa/fiscal do contrato, acompanhadas das Certidões Federal (abrangendo as contribuições sociais), Estadual, Municipal, FGTS e CNDT, do contratado, todas atualizadas, observadas as condições da proposta.

7.2.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada neste subitem, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor.

7.3. **REAJUSTE:** Os valores constantes da Ata de Registro de Preços são irrevogáveis.

7.4. **REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

**8. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** A ata de registro de preços terá validade pelo prazo de até **12 (doze) meses**, contado a partir da data da sua assinatura, improrrogáveis.

**9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes dos futuros contratos correrão à conta dos recursos respectivos, nas dotações orçamentárias das unidades gestoras: Secretaria de Infraestrutura, Urbanismo, Agropecuária e Recursos Hídricos; Secretaria de Educação (FUNDEB); Secretaria de Saúde; Secretaria de Esporte e Lazer e Secretaria de Cultura e Turismo.

**10. DOS FISCAIS DOS CONTRATOS:** A fiscalização dos contratos será exercida por servidor público municipal, especialmente designado pelos ordenadores de despesas, os quais deverão exercer em toda sua plenitude a ação de que trata a Lei nº 8.666/93, alterada e





consolidada, conforme a seguir:

UNIDADES GESTORAS	FISCAL DE CONTRATO
Secretaria de Infraestrutura, Urbanismo, Agropecuária e Recursos Hídricos	Maria Clezivânia Cavalcante Lima
Secretaria de Educação (FUNDEB)	José Aécio Ferreira da Silva Júnior
Secretaria de Esporte e Lazer	Deyvison Martins Gonzaga
Secretaria de Cultura e Turismo	Antonio Adairton Oliveira Guerra
Secretaria de Saúde	Francisco Carlos da Silva

## 11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

11.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, termo de referência, contrato e proposta, da Lei N°. 8.666/93, alterada e consolidada e da Lei N°. 10.520/02.

11.2. A CONTRATADA obriga-se a:

11.2.1. Assinar e devolver a ordem de compra ao órgão solicitante no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do seu recebimento.

11.2.2. Entregar os equipamentos contratados a ser prestado no prazo determinado no termo de referência, contados do recebimento da ordem de compra, nos locais determinados pelo órgão solicitante, observando rigorosamente as especificações contidas no contrato, no termo de referência, nos anexos e disposições constantes de sua proposta de preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento do objeto, que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

- A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do art. 65 da Lei N°. 8.666/93;
- Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos solicitantes, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

11.2.3. No caso de constatação da inadequação do objeto licitado às normas e exigências especificadas no termo de referência, no edital ou na proposta de preços da CONTRATADA, a CONTRATANTE os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições;

11.3. A CONTRATANTE obriga-se a:

- Exercer a fiscalização da execução do contrato;
- Indicar o local e horário em que deverão ser entregues e instalados os equipamentos.
- Permitir ao pessoal da CONTRATADA acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança.
- Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas no contrato.





## 12. DAS SANÇÕES:

12.1. O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta de preços, não assinar a ata de registro de preços ou termo de contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução dos serviços, não mantiver a proposta ou lance, falhar ou fraudar na execução dos serviços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Horizonte/CE e será descredenciado no Cadastro do Município de Horizonte/CE pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

I. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor detentor da ata de registro de preços ou da contratação no caso de:

- a) Recusar em celebrar a ata de registro de preços ou termo de contrato quando regularmente convocado;
- b) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) Não manter a proposta ou lance;
- d) Fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;

II. Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto solicitado, contados do recebimento da ordem de compra no endereço constante do cadastro de fornecedores ou do contrato, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor da compra, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na entrega;

III. Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da compra, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias;

12.2. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos às atividades da Administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, na ata de registro de preços, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei N°. 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei N°. 10.520/02, as seguintes penas:

- a) Advertência;
- b) Multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da ordem de compra, ou do valor global máximo da ata ou contrato, conforme o caso;

12.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao tesouro municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

12.3.1- Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

12.3.2- Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como dívida ativa do município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

12.4. Constituem motivos para rescisão do contrato:

- 12.4.1- o descumprimento das condições contratuais ou o seu cumprimento de forma irregular;
- 12.4.2- a não retirada da respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 12.4.3- a não aceitação da redução do preço ofertado, quando se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 12.4.4- razões de interesse público; e





12.4.5- quaisquer dos motivos elencados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

12.5. **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO:** As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

12.5.1- No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantidos os seguintes prazos de defesa:

a) 05 (cinco) dias úteis para as sanções exclusivamente de multa e advertência;

b) 10 (dez) dias corridos para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Horizonte/CE e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município de Horizonte/CE pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

12.5.2- Para todo ato inconveniente ou ilícito que tenha indício de causar dano ou prejuízo a Administração Pública ou ao erário deverá inaugurar um procedimento administrativo de apuração dos fatos. Os casos ocorridos durante os procedimentos licitatórios serão comunicados oficialmente e, devidamente instruído, pela Pregoeira às unidades gestoras contratantes para apuração.

### 13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

13.1. Este termo de referência, visa atender as exigências legais para o procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico para registro de preços, constando todas as condições necessárias e suficientes, ficando proibido por este termo exigir cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam, ou frustrem o caráter competitivo e estabeleçam preferências ou destinações em razão de naturalidade dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para sua especificação, conforme disposto nos incisos I, II e III do art. 3º da Lei Nº. 10.520/02.

13.2. Reproduza-se este termo de referência na minuta do edital e no edital.

Horizonte/CE, 16 de março de 2023.

Autorizado por:

Ricardo Dantas Sampaio  
Secretário de Infraestrutura, Urbanismo, Agropecuária e Recursos Hídricos  
Ordenador de Despesas  
Gerenciador do Registro de Preços

Rita de Cássia Martins Enéas Moura  
Secretária de Educação  
Gestora do Fundeb  
Ordenadora de Despesas

Rochellington Rocha de Oliveira  
Secretário de Esporte e Lazer  
Ordenador de Despesas

Itaciana Carneiro Andrade  
Secretária de Cultura e Turismo  
Ordenadora de Despesas

Lúcia Amaro de Araújo Gondim Feitosa  
Secretária de Saúde  
Ordenadora de Despesas

